

POLÍTICA DE PRIVACIDADE | PÚBLICO INTERNO RECURSOS HUMANOS (GENTE & GESTÃO)

1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta Política Privacidade tem por objetivo tutelar, no âmbito da Lei Federal nº 13.079/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) o relacionamento havido entre o Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de assistência social e de utilidade pública, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.610.591/0001-80, com sede na Rua Ivo Leão, nº 42, em Curitiba-PR, Brasil (bem como suas filiais), abreviadamente denominado CIEE/PR, e o seu público interno (compreendo neste conceito os interessados em compor o banco de dados para futuras vagas de emprego, os participantes de processos seletivos para concorrer a uma vaga atual de emprego e os empregados).

2. CONCEITOS BÁSICOS

- **Bases legais:** São as hipóteses, previstas no art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, de nº 13.709/2018 e/ou outras aplicáveis, que nos autorizam a tratar dados pessoais, podendo decorrer do consentimento do titular dos dados, da necessidade de cumprir um contrato que temos com o mesmo ou cumprimento de uma obrigação legal.
- **Consentimento:** É uma das hipóteses legais, dentre outras, que autoriza o tratamento de dados pessoais com base na manifestação livre, informada e inequívoca do titular ao concordar com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade específica, informada por nós.
- **Dado Pessoal:** É o dado relativo a uma pessoa física, que seja capaz de identificar a pessoa ou tornar possível a sua identificação. São exemplos de dados pessoais que permitem a sua identificação: Nome, CPF, RG, endereço, telefone celular, e-mail etc.
- **Dado Pessoal Sensível:** É qualquer informação sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- **Legítimo Interesse:** É outra hipótese que permite que dados pessoais sejam tratados. A lei define que os interesses só serão considerados legítimos se a forma de uso dos seus dados não for contrária à legislação brasileira, e desde que seja dada efetiva transparência de tais usos, bem como sejam respeitados os seus direitos.
- **Tratamentos:** São os usos que nós fazemos dos seus dados pessoais, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades: coleta, armazenamento, consulta, uso, compartilhamento, transmissão, classificação, reprodução, exclusão, inativação, enriquecimento e avaliação destes.
- **Agentes de Tratamento:** Os agentes de tratamento de dados (controlador e operador) são conhecidos como as entidades participantes do processo, que realizam o tratamento de dados pessoais.
- **Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

- **Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- **Encarregado (Data Protection Officer – DPO):** Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

3. COLETA DE DADOS

Todos os dados pessoais e eventuais dados pessoais sensíveis que nos são prestados pelo titular, objetivando a inscrição no banco de talentos para concorrer às futuras vagas de trabalho, a participação em processos seletivos ativos voltados à contratação de empregados e, também, para manter um contrato de trabalho com a nossa entidade.

A coleta de dados poderá ocorrer por meio de um atendimento presencial, telefônico, por meios digitais (como plataformas de recrutamento, aplicativos para trocas de mensagens, por e-mail) ou por meio de nosso portal, sendo que esses dados serão inseridos em nosso sistema e ficam armazenados em um ambiente seguro e protegido, de acordo com as melhores práticas (seja em servidor próprio ou terceiro, contratado para esse fim, sob a nossa responsabilidade).

3.1 ESPECIFICAÇÃO DOS DADOS COLETADOS:

► **Para fazer a inscrição em nosso banco de talentos, poderão são coletados os seguintes dados:** Nome completo, filiação, data de nascimento, nacionalidade, gênero, raça, estado civil, CTPS, PIS/PASEP, CPF, RG (número, data de emissão e autoridade emissora), nível de escolaridade (curso, instituição de ensino, situação), informação sobre eventual registro em Conselho Profissional (órgão, número, data de expedição e regularidade), informação sobre eventual habilitação para dirigir veículo automotor (categoria), informação sobre eventual deficiência, endereço residencial, endereço de e-mail, telefones de contato, cursos complementares (data, descrição e detalhamento) e redes sociais (nomes de perfil).

Esclarecemos que esses são os dados intencionalmente coletados por nossa entidade, sem prejuízo daqueles que são voluntariamente prestados pelo titular de dados, inclusive por meio de seu curriculum.

► **Para fazer a inscrição e participar de processos seletivos ativos voltados à contratação de empregados, poderão são coletados os seguintes dados:** Nome completo, filiação, data de nascimento, nacionalidade, gênero, raça, estado civil, CTPS, PIS/PASEP, CPF, RG (número, data de emissão e autoridade emissora), nível de escolaridade (curso, instituição de ensino, situação), informação sobre eventual registro em Conselho Profissional (órgão, número, data de expedição e regularidade), informação sobre eventual habilitação para dirigir veículo automotor (categoria), informação sobre eventual deficiência, endereço residencial, endereço de e-mail, telefones de contato, experiência profissional anterior (nomes e dados de contato de empregadores, datas de

vigência de vínculos), cursos complementares (data, descrição e detalhamento) e redes sociais (nomes de perfil).

Esclarecemos que esses são os dados intencionalmente coletados por nossa entidade, sem prejuízo daqueles que são voluntariamente prestados pelo titular de dados, inclusive por meio de seu curriculum.

Também cabe apontar que, eventualmente, o candidato poderá ser convidado a participar de avaliações de habilidades e de competência profissionais e de habilidades, que não representam propriamente coleta de dados pessoais, afastando-se, portanto, da aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados. Assim, se realizadas, os respectivos resultados estarão protegidos por sigilo, vez que representam uma avaliação da equipe aplicadora das mesmas, sendo fornecido apenas mediante solicitação judicial.

Por fim, no caso específico de empregados que desejam concorrer internamente a outros cargos e funções, poderão ser exigidas informações adicionais além daquelas que a entidade já possui, tais como, exemplificativamente: se já participou de recrutamento interno (e, caso positivo, a data, cargo e unidade); informações sobre os motivos pelos quais se interessou pela nova vaga; se possui todos os requisitos exigidos pela vaga (descrevendo aqueles que eventualmente não possua); quais são as expectativas em relação ao novo cargo e o que irá fazer de novo; resumo da experiência e carreira profissional no CIEEPR; dentre outras a serem informadas, a depender da situação.

► **Para empregados, poderão são coletados os seguintes dados:** Nome Completo, Data de Nascimento, Cidade e Estado de Nascimento, Nacionalidade, Gênero, Raça, Estado Civil (incluindo Certidão de casamento e dados pessoais do cônjuge), Filiação (nome e data de nascimento do pai e da mãe), CTPS, PIS/PASEP, CPF, RG (número, data de emissão e autoridade emissora), Situação Eleitoral (número do Título de Eleitor, zona e seção de votação), Carteira de Motorista (número, validade, primeira habilitação e data de expedição), Carteira de Reservista (número e data de expedição), Registro em Conselho Profissional (órgão, número, data de expedição e regularidade), endereço residencial completo, endereço de e-mail, telefones de contato, nível de escolaridade (curso, instituição de ensino, situação), dados bancários (banco, agência, conta e tipo de conta), cursos complementares (data, descrição e detalhamento), situação médica (a ser avaliada por médico do trabalho, inclusive apresentação de eventuais deficiências), dados de dependentes (nome, data de nascimento e certidão respectiva, relação de parentesco e CPF) e informações sobre vale-transporte.

A entidade pode armazenar, além das informações em si, cópia em meio físico ou digital de todos os documentos acima relacionados.

Também mantemos em arquivo uma fotografia 3x4 do empregado, para compor a ficha de registro do empregado, bem como podemos armazenar registro audiovisuais dos empregados para atendimento das finalidades institucionais (ex: gravação de aulas e treinamentos que são ministrados ao público dos programas oferecidos à comunidade, os quais podem, inclusive, fazer

parte de relatórios de atividades ou planos de ação) ou para divulgação das atividades que realizamos.

Observação: Em todos os casos acima citados, se for utilizado um portal ou sistema para inserção de dados, poderão ser coletados, de forma automática pelo mesmo, dados como seu endereço de IP, sistema operacional utilizado, dia e horário de acesso e histórico de ações realizadas.

3.2 FINALIDADES E HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Em consonância com o art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), o CIEE/PR poderá tratar os dados pessoais de acordo com as seguintes hipóteses: a) mediante o fornecimento de consentimento pelo titular (inciso I); b) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (inciso II); c) quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados (inciso V); d) para o exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo (inciso VI); e) para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro (inciso VII); f) e, finalmente, quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (inciso IX).

Importante esclarecer que os dados fornecidos para que o titular integre o banco de dados ou para participar em processos seletivos tem por objetivo identificá-lo e possibilitar o confronto de seu perfil com as características das vagas de emprego oferecidas ou que vierem a ser futuramente oferecidas pela entidade. Já no caso de empregados, os dados fornecidos serão usados para compor a ficha de registro de empregados e para cumprir todas as obrigações legais trabalhistas, previdenciárias e afins, inclusive objetivando prestar informações junto aos respectivos sistemas.

3.3 BASE LEGAL

A atuação de nossa entidade, no aspecto objeto desta Política de Privacidade Interna, está lastreada por leis, decretos e normativas, dentre as quais destacamos, ilustrativamente: Constituição Federal (em especial o art. 6º), Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei nº 8.212/91 e Lei nº 8.213/91 (Financiamento e Benefícios da Previdência Social), Lei Complementar nº 187/2021, Acordos e/ou Convenções Coletivas firmados com o Sindicato Profissional, Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho, Instrução Normativa Nº 02/2021 do Ministério do Trabalho (que dispõe sobre a fiscalização trabalhista), Normas expedidas por Conselhos Municipais de Assistência Social e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (que, em muitos casos, exige a indicação do nome e dados pessoais dos empregados para inscrição ou manutenção da inscrição da entidade e de seus programas socioassistenciais, NOB/SUAS-RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social),

Medida Provisória nº 2.220-2/2001 (possibilita utilização de assinatura digital de documentos), Lei nº 6.321/76 (Programa de Alimentação do Trabalhador), Decreto nº 10.854/2021 (Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista), Decreto nº 8.373/2014 (Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, inclusive eventuais normas complementares a serem expedidas pelas autoridades gestoras), dentre outras.

3.4 CLASSIFICAÇÃO COMO AGENTE DE TRATAMENTO

O CIEE/PR atuará como controlador dos dados pessoais que foram fornecidos pelos respectivos titulares.

4. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais fornecidos para fazer a inscrição em nosso banco de talentos e para fazer a inscrição e participar de processos seletivos ativos voltados à contratação de empregados serão armazenados internamente e não serão compartilhados com terceiros, salvo com a própria plataforma eventualmente contratada para essa finalidade.

Por outro lado, os dados dos empregados serão mantidos internamente, mas também poderão ser compartilhados sempre objetivando cumprir os objetivos institucionais e as exigências legais trabalhistas, previdenciárias e afins. Neste caso, o compartilhamento ocorrerá da seguinte forma: **a)** com prestadores de serviço objetivando proporcionar as ferramentas necessárias ao atingimento dos objetivos propostos (incluindo-se, aqui, planos de saúde, de sistemas de gestão de ponto, empresas administradoras de benefícios e ferramentas trabalhistas, etc); **b)** com o sindicato profissional, entidades e/ou autoridades públicas para cumprimento de dever legal (como, por exemplo, inserção de dados no e-Social), para subsidiar eventuais processos administrativos/judiciais, para atender fiscalizações ou para obtenção, alteração e manutenção dos eventuais inscrições perante conselhos municipais (de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente) ou afins.

Ressaltamos que o CIEE/PR não realiza o compartilhamento de dados pessoais para outros países e/ou com finalidade lucrativa.

5. DIREITOS DO TITULAR/USUÁRIO

Nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018, é reconhecido o direito do usuário titular de dados pessoais de obter junto ao CIEE/PR, a qualquer momento, e mediante requisição específica em nosso portal, as seguintes informações: confirmação da existência ou não de tratamento; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou eventualmente tratados em desconformidade com a legislação; portabilidade de dados a outra entidade congênere, de acordo com regulamentação da Autoridade Nacional e observados os segredos comerciais e industriais; eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, ressalvadas as hipóteses

previstas no art. 16 da referida lei e, também, ressalvadas as hipóteses em que o tratamento é realizado como pressuposto para a realização das atividades realizadas pelo empregado e intrínsecas ao vínculo de emprego (como, por exemplo, registro audiovisual de uma aula ministrada por um empregado); informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da mencionada lei.

Para realizar solicitações ou tirar dúvidas a esse respeito, acesse nosso canal de atendimento disponível no seguinte link: <http://www.cieepr.org.br/lgpd>.

Adicionalmente, a Lei Geral de Proteção de Dados pode ser acessada no seguinte link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm

Todas solicitações cujas identidades forem confirmadas serão atendidas no menor prazo possível, observando a legislação aplicável e as melhores práticas.

6. TEMPO DE ARMAZENAMENTO

Os dados e informações pessoais fornecidos serão armazenados por tempo indeterminado, mas poderão ser objetivo de pedidos formulados por seus respectivos titulares.

7. AS RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE EM PROTEGER OS DADOS PESSOAIS

O CIEEPR atua para garantir o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n. 13.709/2018, o que significa o gerenciamento cauteloso e seguro dos dados pessoais que lhes fornecidos, incluindo realização de treinamentos periódicos, implantação e revisão de políticas, limitação e monitoramento dos acessos (inclusive mediante adoção de rede privada virtual para acessos fora da rede e expansão do duplo fator de autenticação), etc.

8. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DATA PROTECTION OFFICER)

Nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.079/2019, informamos que o encarregado da proteção de dados pessoais do CIEE/PR é o Sr. Marlus Eduardo Faria Losso, o qual poderá ser contatado por e-mail (dpo@cieepr.org.br) ou pelo endereço de correspondência (Rua Ivo Leão, nº 42, Alto da Glória, em Curitiba-PR, CEP 80.030-180).

9. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE INCIDENTES

Na forma do art. 48 da Lei Federal nº 13.079/2019, um incidente de segurança é um fato que pode acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

O CIEE/PR está empenhado para que essa situação não ocorra, evidenciando tal preocupação na observância das exigências legais, no atendimento das orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), na identificação e aplicação das melhores práticas nessa temática e, especialmente, na utilização de ferramentas tecnológicas modernas, incluindo equipamentos e softwares, tudo aliado ao treinamento de nossos colaboradores.

Mesmo assim, se identificado tal fato adverso, a entidade seguirá o disposto em sua Política de Gerenciamento de Incidentes de Segurança, que prevê todas as etapas a serem cumpridas e que se inicia, sempre, pela adoção de todas as medidas técnicas que objetivam preservar os dados e/ou evitar maiores perdas ou danos.

Embora atualmente não exista um prazo legal para que a entidade tome providências de cunho administrativo, como dar ciência à ANPD e parceiros e titulares de dados envolvidos, nosso compromisso é de agir o mais breve possível, em um prazo razoável a partir de sua identificação.

10. ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

As informações desta Política de Privacidade servem para que o usuário saiba dos compromissos assumidos pelo CIEE/PR como responsável pelo tratamento e proteção dos seus dados pessoais.

Contudo, periodicamente, e sempre que se fizer necessário, faremos a revisão de seus termos, publicando as alterações em nosso portal e comunicando diretamente aqueles que forem atingidos.

Este documento foi aprovado em reunião de Diretoria realizada em 21/11/2023 e em reunião conjunta da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal realizada em 22/11/2023, para entrada em vigor em 01/12/2023 (substituindo a versão inicial de 27/04/2021).